

A. I. Nº - 281521.0003/12-0  
AUTUADO - JOSÉ RENATO DE CARVALHO DE SENTO-SÉ (SUPERMERCADO COMPRE BEM)  
AUTUANTE - AUGUSTO CÉSAR CAMPOS DOS SANTOS  
ORIGEM - INFAZ JUAZEIRO  
INTERNET 06.03.2013

#### 4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

##### ACÓRDÃO JJF Nº 0039-04/13

**EMENTA:** ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO A MAIS. O valor do imposto antecipado parcialmente pelos contribuintes cujo imposto seja apurado pelo regime de conta corrente fiscal, cabe a sua escrituração no quadro “Crédito do Imposto – Outros créditos” do Registro de Apuração do ICMS, no período em que ocorrer o recolhimento; constitui crédito fiscal de cada estabelecimento, para compensação com o tributo devido em operações ou prestações subsequentes e para fins de apuração do imposto a recolher. Infração comprovada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 29/06/2012, exige o ICMS no valor de R\$11.624,40, através da seguinte infração: *“Utilizou a maior crédito fiscal de ICMS referente à antecipação parcial de mercadorias adquiridas de outra unidade da federação ou do exterior”* - Multa de 60%;

O autuado apresenta defesa de fls. 94/96, inicialmente, ressalta que reconhece os valores referentes aos meses de jan/2008 e dez/2010, como lançamento de crédito indevido, e impugna os demais.

Após análise dos documentos de arrecadação em anexo, fls. 99/109, verifica que a fiscalização cometeu equívocos em relação aos valores efetivamente recolhidos a título de antecipação parcial em cada período de apuração. Junta tabela demonstrativa dos DAEs referente aos valores efetivamente recolhidos, fls. 94, e, apura após o confronto dos valores lançados a crédito nos livros Registro de Apuração do ICMS, o crédito indevido de R\$ 6.036,13.

Salienta que no mês de agosto de 2008 o valor recolhido não foi integralmente creditado, e que o saldo de R\$ 2.516,62 foi distribuído nos meses de fevereiro e agosto de 2009. Reconhece o crédito indevido no valor de R\$ 6.036,13 mas clama pela aplicação da multa percentual no total de R\$ 3.621,68, sconsiderando o disposto no art. 42, VII, da Lei nº 7.014/96., a qual totaliza o valor de R\$3.621,68, conforme demonstra nas fls. 95/96.

Requer a observação do disposto do §1º do art. 18 e a Procedência Parcial do Auto de Infração.

O autuante presta informação fiscal, fls. 112/113, informa que o contribuinte não segue o princípio de competência no lançamento dos créditos fiscais, com os pagamentos realizados nas antecipações parciais, como demonstrativo apresentado (fl.95). Explica que no mês de agosto de 2008 foi recolhido R\$4.828,69 (referentes a soma dos os valores em meses diferentes R\$1.305,39 e R\$2.144,02 em Junho, e R\$578,70 e R\$800,58 em julho (fl.86), utilizando R\$2.312,07) e a diferença R\$2.516,62, deixou para compensar a antecipação parcial referente aos fevereiro e agosto de 2009.

Ressalta que o inciso II do Art. 309 do RICMS/12 diz *“O valor do imposto antecipado parcialmente pelos contribuintes cujo imposto seja apurado pelo regime de conta-corrente fiscal, cabendo a sua escrituração no quadro Crédito do Imposto- Outros Créditos do Registro de Apuração do ICMS, no período em que ocorrer o recolhimento”*, o qual combinado com o §2º com Art. 332, inciso III o imposto de antecipação deverá ser recolhido até 25 do mês subsequente ao da entrada de mercadorias no estabelecimento.

Esclarece que na leitura dos Arts. 309 e 332, conclui que o período de aproveitamento dos pagamentos com os créditos da antecipação parcial lançados nos livro de Apuração do ICMS não ultrapassam o exercício anual, com isso desconsidera os R\$2.516,62 de agosto de 2008, utilizados em fevereiro e agosto de 2009.

Quanto à alegação de cobrança da multa de 60% mais a obrigação principal ocorreu em razão da utilização do crédito fiscal, **sem o recolhimento do mesmo**, como exige a antecipação parcial.

Por fim, pede pela Procedência do Auto de Infração.

## VOTO

Inicialmente destaco que o presente Auto de Infração, em sua lavratura obedeceu ao ditame do art. 39 do RPAF/BA, apto deste modo a surtir seus efeitos jurídicos e legais.

O instituto da antecipação parcial deriva da Lei nº 8.967/2003, efeitos a partir de 01/03/04, que alterou a Lei Estadual do ICMS nº 7.014/96, quando acrescentou o art. 12-A, repetido no art. 352-A do RICMS/Ba. Decorre da diferença entre alíquota interna e a interestadual, e não encerra a fase de tributação.

O fato gerador da antecipação parcial ocorre na entrada da mercadoria no Estado, e permitido o crédito do imposto referente à antecipação parcial, apenas para as empresas com apuração do regime normal do imposto. O valor pago a título de antecipação parcial deve ser lançado no quadro “Crédito do Imposto – Outros Créditos” do livro Registro de Apuração do ICMS.

Portanto, o valor do imposto antecipado parcialmente pelos contribuintes cujo imposto seja apurado pelo regime de conta corrente fiscal, cabe a sua escrituração no quadro “Crédito do Imposto – Outros créditos” do Registro de Apuração do ICMS, no período em que ocorrer o recolhimento; constitui crédito fiscal de cada estabelecimento, para compensação com o tributo devido em operações ou prestações subseqüentes e para fins de apuração do imposto a recolher.

O defendente reconhece que os valores exigidos referentes aos meses de janeiro de 2008 e de setembro de 2010 são devidos. Quanto aos demais, anexa os DAEs de fls. 99 a 109, mas constato que esses DAEs já tinham sido considerados (fls. 104/105) pelo autuante na ação fiscal, (fls. 86/88).

Quanto aos demais comprovantes de arrecadação, são relativos a períodos não autuados cujos elementos, nos autos, não evidenciam que são relativos aos meses objeto da exigência fiscal.

Diante do exposto voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **281521.0003/12-0**, lavrado contra **JOSÉ RENATO DE CARVALHO DE SENTO-SÉ (SUPERMERCADO COMPRE BEM)**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$11.624,40**, acrescido da multa de 60%, previstas no art. 42, VII, “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 21 de fevereiro de 2013.

PAULO DANILO REIS LOPES – PRESIDENTE

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - RELATORA

JORGE INÁCIO DE AQUINO - JULGADOR